

MINHA VIDA É UMA HISTÓRIA? REFLEXÕES SOBRE NARRATIVA DO EU E SABER HISTÓRICO

Eliana Alda de Freitas Calado
Doutoranda UnB
elianacalado@gmail.com

Definir o campo de interesse do conhecimento histórico é uma prática difícil, pois, como bem se sabe, esta disciplina e aquilo que lhe é considerado como próprio, está em constante movimento, perpetuamente se fazendo, se inventando. Não houve, ao longo do tempo, uma substituição das suas fontes e dos seus objetos, mas antes, uma pluralização destes. O que antes era considerado como específico da história - ou seja, os fenômenos, os acontecimentos considerados decisivos para um grande número de pessoas e comandado pela consciência humana, como revoltas, movimentos políticos, desenvolvimento urbano, relações comerciais, etc., - não deixou de ter a sua importância para esta área, cujo principal interesse permanece o de saciar sua curiosidade sobre a experiência humana nas mais diferentes esferas, mas outros objetos vieram somar-se a estes. Ocorreu uma transformação teórica, uma mudança de perspectiva na concepção dos caminhos que podem levar ao conhecimento e também das maneiras de se percorrer esses caminhos, uma mudança cujo maior sentido é o de propiciar uma compreensão mais aprofundada das relações humanas ao longo do tempo, respeitando a sua complexidade.

A subjetividade é uma das esferas que, dentro dessa transformação, ganhou uma nova perspectiva e se vê ressaltada por muitos profissionais, convencidos que estão que não se “chega” ao passado de maneira imparcial e que não se consegue entendê-lo sem intervenção do pesquisador, em uma suposta essência. Mas a subjetividade é destacada não apenas pelo que se pode considerar como sua função metodológica (a forma de compreensão de determinado objeto, condicionada, em parte, pelo olhar do estudioso), mas também pela sua função enquanto fonte de pesquisa, enquanto objeto de estudo, em outras palavras, pela compreensão de que o sujeito e a expressão da sua individualidade, ou melhor, da sua subjetividade (este termo abarca e ultrapassa o da individualidade) são importantes para o conhecimento histórico.

Este processo é parte de uma redefinição cultural mais ampla, que abrange um redimensionamento da questão do sujeito, de valorização da experiência individual. A compreensão dessas práticas de produção de si perpassa necessariamente pela questão da construção na modernidade ocidental do indivíduo enquanto valor, na medida em que um sujeito é considerado como igual ao outro, e enquanto princípio, quando se considera que o próprio indivíduo é autor e fonte das regras que o rege. Esta lógica, principalmente, a partir do período renascentista, suplanta pouco a pouco a da coletividade, culminando com a cultura iluminista. Isto não significa, evidentemente, que, antes desta época, não existissem práticas escritas de

produção de si. Michel Foucault, por exemplo, remonta ao Império Romano para explorar duas formas de escrita auto-referencial: as *hypomnemata* (espécies de agendas, contendo registros de funções administrativas ou pessoais) e a correspondência.

A valorização da experiência do sujeito não implica numa consideração exagerada da dimensão pessoal e de uma depreciação da importância do social. O sujeito não é fechado em si mesmo como uma mônada, conforme o pensamento leibniziano, segundo o qual não existiriam senão realidades individuais, independentes, sem interação. O sujeito ultrapassa a sua dimensão individual. O princípio da subjetividade, diferentemente do da individualidade, entende que o ser transcende a sua imanência, que está aberto ao outro; longe de estar enclausurado em si mesmo, pode comunicar, servir, trabalhar em conjunto: “assim, os tempos modernos são de consagração do lugar do indivíduo na sociedade, quer como uma unidade coerente que postula uma identidade para si, quer como uma multiplicidade que se fragmenta socialmente, exprimindo identidades parciais e nem sempre harmônicas.”

É importante lembrar que o sujeito nunca se constitui sozinho, mas somente em relação ao próximo, pois considera-se membro de um conjunto, mantendo entretanto, sua autonomia, na medida em que é autor e fonte de suas atitudes, portanto, responsável, em parte, por elas e pelas diferenças entre si e o conjunto. Surge, pois, “uma sociedade em cuja cultura importa aos indivíduos sobreviver na memória dos outros, pois a vida individual tem valor e autonomia em relação ao todo. É dos indivíduos que nasce a organização social e não o inverso.” A vida humana, única, na sua singularidade, na sua especificidade e, ao mesmo tempo, representativa da experiência humana em toda sua pluralidade, tornou-se considerada e apreciada enquanto objeto histórico. Por isso mesmo, as práticas de produção de si passaram a ser consideradas como documentos históricos.

Surge então a questão da relação da história com a narrativa do eu. Primeiramente, cabe definir este tipo de escrita, contextualizando-a, e, em seguida, de compreender sua ligação com o saber histórico, as possibilidades e os limites deste diálogo. Este texto foi motivado pela pesquisa de doutorado que desenvolvo na área de História Cultural da Universidade de Brasília e que tem por objeto as autobiografias de Simone de Beauvoir. O leitor compreenderá então por que muitos dos temas que aqui irei desenvolver têm como base a escrita de Beauvoir.

Narrativa do eu, de si, auto-referencial, íntima, pessoal, autobiográfica são algumas das denominações para a prática escrita da produção de si. Seu principal objeto de investigação, ou até mesmo de especulação é o “eu”, o próprio sujeito que narra, que realiza este registro a partir de um princípio de sinceridade. Quando se escreve sobre si, está implícita a crença na importância da comunicação de determinada experiência individual. Sem acreditar nesta relevância, não há razão para se escrever este tipo de narrativa, é preciso querer expressar, registrar, informar sobre seus gostos, seus projetos, seu cotidiano, seus valores para escolher escrever uma carta, uma autobiografia, um diário. E é isso que interessa à história: compreender

por que, como e o que o relato de uma vida, ou de partes de uma vida tem de significativo para o conhecimento das relações humanas.

Dentro deste tipo de escrita, existem diversas modalidades: diários, correspondências, memórias, testemunhos, autobiografias, auto-retratos, etc. Entre algumas, as diferenças são notáveis: dificilmente, se confundiria uma carta com um auto-retrato, mas entre algumas outras, as características são mais fluidas e nem sempre o limite entre uma e outra fica claro, como é o caso, por exemplo, das memórias e das autobiografias. Esta discussão pode parecer, a princípio, supérflua, mas, se pretendemos relacionar este tipo de escrita com o conhecimento histórico, este esforço de definição pode se revelar importante, pois algumas dessas categorias são ovacionadas por uma credibilidade reconhecida, servindo até de prova incontestável para alguns, enquanto outras são taxadas de mera narrativa descritiva umbiguista.

Uma narrativa apoiada na primeira pessoa foi vista, bastante freqüentemente, com maus olhos: individualista, ególatra, narcísica, exibicionista: em que a narrativa da sua vida pessoal pode interessar ao outro? E esta desaprovação não é coisa do passado: *blogs*, *fotologs*, perfis em *sites* de relacionamento são formas de expressão da subjetividade que, costumeiramente, são alvos de desconfiança, entendidas como uma exposição desnecessária do indivíduo, ávido por ultrapassar as barreiras do anonimato e conhecer o poder da fama. O que nos faz discernir entre o que é interessante num relato autobiográfico e o que é supérfluo? Qual o critério para que algumas narrativas sejam consideradas meras anedotas e mexericos e, portanto, uma inutilidade para o público - mero fruto da exibição e do narcisismo de um espírito ansioso por reconhecimento - enquanto outros, ainda que relatando acontecimentos diários e corriqueiros, sejam compreendidos como importantes para o saber histórico?

Pensemos, por exemplo, num testemunho de um sobrevivente de guerra. A subjetividade de quem fala na primeira pessoa pode se revelar uma grande vantagem, considerando-se que, por ter vivido “na carne” determinadas situações, este indivíduo tenha uma autoridade maior para falar deste acontecimento do que uma outra pessoa, que acompanhou esta guerra através dos meios de comunicação. É provável que o seu testemunho seja tomado como uma fonte preciosa e quase imprescindível para se conhecer a guerra, enquanto que o relato daquele que acompanhou a guerra distante geograficamente, possa ser entendido como facilmente descartável. Neste caso, não se leva em conta a possibilidade do testemunho ser falso, ou, nem precisando chegar a tal extremo, que tenha sido construído a partir de um ponto de vista um tanto extraordinário, como seria o de um nativo que, em meio ao espírito de violência dos invasores, tenha tido o acaso de conhecer um estrangeiro disposto a salvá-lo de querelas entre seus compatriotas, ajudando-o a ter vantagens que antes lhe eram desconhecidas. O estrangeiro poderia então ser visto e narrado como um herói, como um espírito altruísta, capaz de sair de sua própria terra para ajudar um próximo não tão próximo, não importando se essa mesma guerra para a maioria dos nativos tenha se revelado um verdadeiro desastre. Imaginemos que, por sua

vez, aquele sujeito que acompanhou a guerra à distância tenha estudado e analisado este acontecimento sob diversas perspectivas, compreendendo de maneira mais profunda a sua complexidade e, após algum tempo, decidido escrever as suas memórias sobre isto. Qual narrativa estaria mais capacitada para fazer compreender a complexidade da guerra?

Não vamos, nem por isso, pregar verdades e descartar o testemunho e valorizar as memórias do exemplo. Essa suposta guerra não foi uma coisa **ou** outra, ela foi uma coisa **e** outra. O que aqui se encontra em jogo é o *status* das fontes e a possível consequência histórica que daí decorre. Muitas vezes, um testemunho foi visto como mais credível do que outras modalidades de narrativas auto-referenciais e é por esta razão que se torna válido o esforço em defini-las, mesmo sabendo dos limites conceituais. Exploremos, pois, alguns tipos de narrativas íntimas.

Por autobiografia, podemos entender uma narrativa retrospectiva, geralmente em prosa e seguindo uma ordem cronológica, na qual as identidades do autor, narrador e personagem se confundem. Este gênero tem como objetivo narrar o processo de construção desta identidade, em outras palavras, oferecer ao leitor a possibilidade de aprender como o autor se tornou aquilo que ele é. No auto-retrato, não existe a intenção de apresentar este processo de construção, relata-se o presente, freqüentemente, de acordo com uma ordem temática. A pergunta básica a que o auto-retrato se propõe a responder não é “como me tornei quem sou”, como no caso da autobiografia, mas “o que sou”?

A distinção entre memórias e autobiografias, como já dissemos, é um pouco complicada. Em tese, a autobiografia estaria predominantemente voltada para a vida pessoal, enquanto que as memórias estariam voltadas para o relato de acontecimentos públicos, vividos pelo autor, que se coloca assim na posição de testemunha de sua época. O que dizer de um relato que se dedique a estes dois aspectos ao mesmo tempo? Essa linha tênue nem sempre é facilmente detectada. O termo utilizado por Simone de Beauvoir para narrar a sua vida pessoal é “memórias”, estando até mesmo presente no seu primeiro livro autobiográfico: **Memórias de uma moça bem comportada**. No entanto, ainda mais fortemente nesta obra do que nas seguintes, o seu relato está fortemente centrado na sua vida pessoal, nas suas perspectivas, na construção escrita do processo que a fez tornar-se quem é, justificando, portanto, o uso da categoria autobiografia para definir o conjunto dos livros nos quais narrou a sua própria vida.

A definição de memórias, pelo entendimento acima apresentado, se aproxima muito daquilo que se entende por testemunho, com a diferença de que este último é sempre de autoria de alguém que viveu de perto (geográfica e emocionalmente) determinado fato, enquanto que o termo memórias pode designar uma narrativa de determinado acontecimento, fenômeno ou época, acompanhado (a) à distância, como foi o caso do exemplo que demos anteriormente. Isto não impede, na prática, o uso do termo memórias para se designar um testemunho. Insistimos: essas definições são apenas uma base para explorar a escrita de si, não algo fixo e decisivo.

Outra forma de escrita de si é o diário. É comum a idéia que esse tipo de escrita, assim como a correspondência, não tem a intenção de ser conhecido pelo grande público, mas é destinado a um só destinatário: ou a si mesmo ou àquele ou àquela a quem se dedica a carta. A um diário, não se teria, de acordo com este entendimento, motivos de esconder frustrações e insucessos e estaria, portanto, registrado naquele espaço a narrativa mais fiel de uma vida. Outro ponto “positivo” deste tipo de texto se refere à questão temporal: o diário, diferentemente de outros tipos de narrativas auto-referenciais, é escrito num espaço de tempo próximo ao da vivência, o que minimizaria os lapsos de memória e as imprecisões. Por estes motivos, este tipo de escrita supostamente seria mais verdadeiro, pois, desprovido da motivação de convencer e de erros de relato.

O entendimento do diário a partir das perspectivas acima citadas representa três equívocos: primeiramente, não se pode dizer que aquele que registra um diário faz isso apenas com o propósito de registrar para si e que ele não tenha o intento de torná-lo público em algum momento da sua vida ou após a sua morte. Principalmente, no caso das pessoas públicas, que se esmeram, de maneira organizada, em deixar à mão de possíveis biógrafos ou de outros possíveis interessados seus escritos íntimos. É o caso de Simone de Beauvoir, que, ao longo de suas autobiografias, cita grandes passagens de seus próprios diários e guardou-os, assim como a sua correspondência, de forma disciplinada. Boa parte de ambos, de fato, tornaram-se, conhecidos pelo público, tanto pela citação de trechos em outras obras como também pela publicação póstuma, organizada por Sylvie Le Bon de Beauvoir, sua filha adotiva.

Em segundo lugar, porque qualquer tipo de escrita seleciona o conteúdo e a forma da narrativa. Isto não é particularidade dos escritos destinados ao grande público. Não existe um registro neutro. Relendo o diário que mantinha em sua juventude para se apoiar na escrita da sua autobiografia, Beauvoir se surpreende com a ausência do relato de um fato que a marcou fortemente: “mistério e mentira dos diários: não mencionei este incidente que no entanto ficara no meu coração”. Como explicar então esse silêncio? Teoricamente, se ninguém tinha acesso ao seu diário, ela deveria justamente relatar os acontecimentos mais marcantes, independente de serem bons, vergonhosos ou ruins. Mas quem disse que o autor não é leitor? Quem disse que não são diferentes, ainda que partilhem de certa unidade?

Por último, nem sempre o diário é apenas o relato cotidiano das atividades vividas recentemente. Muitos diários são reflexões sobre vivências antigas, uma espécie de discussão consigo próprio para esclarecer ou registrar sentimentos e impressões atuais sobre o que se viveu há muito tempo. Teríamos então, dentro do diário, narrativas de diferentes tipos: autobiografias, memórias, testemunhos.

A narrativa epistolar é um outro tipo de narrativa auto-referencial. Quase sempre, é entendida como uma espécie de diário destinado a um leitor outro que seu próprio autor. Diferentemente dos outros tipos de escrita acima descritos, a correspondência implica, em tese,

numa grande interatividade. Os temas das cartas não são ditados apenas pelo remetente, trata-se de um diálogo prolongado com aquele a quem se dedica a escrita. Geralmente, esses dois personagens encontram-se distantes geográfica e temporalmente (esqueçamos do imediatismo do *email*), o que sugere uma contextualização de grande parte dos temas narrados, a fim de informar o mais amplamente possível o leitor da missiva. Assim como o diário, considerado de uso terminantemente privado, as cartas também foram entendidas como portadoras de verdades ocultas. Que surpresa então quando, após a morte de Beauvoir, boa parte da sua correspondência foi divulgada e revelou-se, deste modo, comportamentos e sentimentos desconhecidos da autora. Teriam as suas autobiografias sido escritas de má fé ou sob pressão? As considerações maldosas sobre sua irmã que troca na sua correspondência com Sartre ou com Nelson Algren não casam com a imagem benevolente e carinhosa que apresenta ao público principalmente em **Mémoires d'une jeune fille rangée**, com a descrição de uma Poupette (o apelido da sua irmã, Henriette-Hélène, que assinava Hélène de Beauvoir), responsável por alguns dos momentos mais esplendorosos da sua infância e juventude e a quem dedica a emocionante narrativa dos angustiantes momentos finais da vida de sua mãe. Que versão estaria "certa"? Muito precipitadamente, poderia se concluir que essa verdade profunda estaria nas correspondências.

Mas e se os dois relatos mostrassem de maneira verdadeira sua relação com Hélène? Se esta relação realmente fosse desgastada, fria e sem grande profundidade emocional em algumas fases da idade adulta, mas, por outro lado, fosse, por vezes, terna, calorosamente permeada de um fraternal cuidado, regado pelas memórias dos primeiros anos? Uma possibilidade não exclui a outra.

Existem diversos outros tipos de narrativas de si, tais como as lembranças, as anotações, os ensaios, as poesias autobiográficas e uma boa variedade no meio virtual, como algumas já apontadas anteriormente (*emails, blogs, fotologs, etc.*). Não existe possibilidade neste curto espaço de discutir cada um deles, nem este é o propósito deste texto. A intenção de evocá-las era apenas para provocar, a partir de algumas considerações, o debate sobre a credibilidade de algumas fontes auto-referenciais, levando-se em conta aquelas que estão prioritariamente ligadas ao meu objeto de pesquisa.

Por que a escrita de si pode e deve ser considerada como um objeto e/ou como fonte do saber histórico? Como se justifica este interesse da história pelas narrativas auto-referenciais? Beatriz Sarlo diz que, não só as narrativas auto-referenciais passaram a ser consideradas como importantes fontes de pesquisa histórica, como são portadoras, na atualidade de um prestígio considerável. Muito deste prestígio, sem dúvida, está relacionado à credibilidade associada à primeira pessoa nas últimas décadas, evitando que se fale a partir de uma suposta pós-memória (frágil conceito de acordo com Sarlo), credibilidade encontrada, sobretudo, nas categorias que discutimos anteriormente, como supostamente fiéis retratadoras de determinada realidade. Mas

esta vantagem estranhamente se justifica igualmente por aqueles aspectos, que, à primeira vista, poderiam parecer mais complicados: a escrita de si é um documento cujo conteúdo, em grande parte das vezes, é parcial, fragmentado, ordinário, passional, entretanto, a importância desta narrativa, “especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, própria às sociedades individualistas”.

Que verdade seria esta? Primeiramente, ela é pluralizada: fala-se de verdades, temos fragmentos de realidade e não uma reconstituição da realidade como um todo, não se acredita em uma essência; em segundo lugar, são verdades reveladas por uma memória construída baseada na experiência singular, lembrando-se, todavia, que existe um diálogo permanente entre o particular e o todo. A narrativa auto-referencial, como expoente da singularidade e da parcialidade (ainda que se busque uma unidade), longe de se mostrar como fonte sem utilidade para a história, revela-se, portanto, como um excelente espaço de investigação histórica.

Qualquer fonte, como todo profissional sabe, deve ser compreendida através de um viés crítico e isto exige uma metodologia de análise apropriada, que leve em conta suas especificidades de narrativa. Isto reduz os riscos de uma leitura ingênua e, ao mesmo tempo, que se cobre da fonte algo que esta não se propõe a resolver. Um dos critérios pelos quais uma escrita autobiográfica é julgada é o da intenção de verdade. Sobre esta intenção e a impossibilidade de se chegar a uma essência verdadeira, comenta Philippe Lejeune:

O que distingue a autobiografia do romance, não é uma impossível exatidão histórica, mas apenas, o projeto, **sincero**, de retomar e de compreender sua própria vida. É a existência de tal projeto que importa, e não uma sinceridade no limite impossível. Tanto é natural exigir de um autobiógrafo o projeto de dizer a verdade, tanto é ingênuo criticá-lo por não tê-lo conseguido.

E o autobiógrafo não consegue dizer a verdade porque ela não existe em si. A única verdade que se pode encontrar é a do autor. Isto não significa que a autobiografia não contenha inexatidões, que ela não possa, em alguns momentos, até mesmo se mostrar tendenciosa ou fazer relatos equivocados, mas o que interessa ao historiador “é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.”

Se o interesse reside então na perspectiva assumida pelo autobiógrafo, as imprecisões não invalidam a narrativa auto-referencial enquanto documento histórico. Está claro que o historiador não vai absorver as informações veiculadas nesta escrita sem confrontar com outros documentos, até mesmo porque isto é essencial para entender o autor, suas motivações e seus posicionamentos - não existe vida individual que não remeta a uma coletividade - mas o fato de haver eventuais equívocos não compromete o valor desta escrita para a história. Todo texto

autobiográfico é verdadeiro naquilo a que ele se propõe: narrar determinados acontecimentos ou fenômenos a partir de uma ótica muito particular: desta forma, a hierarquização das narrativas auto-referenciais de acordo com seu potencial de verdade é um projeto desprovido de sentido. Não existe uma verdade essencial, existem verdades do autor. Até as possíveis mentiras que podem ser encontradas numa carta podem ser reveladoras. Que motivos para que o remetente aja desta maneira? De que jogo de interesses ele participa? É possível compreendê-lo? São muitas as perguntas que o conhecimento histórico dirige às narrativas de si e elas são levantadas pelas mais diferentes motivações.

Neste breve texto, tentamos explorar as relações entre práticas escritas da produção de si e o saber histórico, a partir do critério de verdade. Várias são as noções caras ao conhecimento histórico, que sofreram o impacto do redimensionamento das relações entre sujeitos e coletividade e da decorrente valorização das práticas de produção de si: memória, tempo, documento e verdade são algumas delas. Optamos por discutir de maneira mais aprofundada esta última, relacionando-a à questão da verdade entendida como sinceridade, que é um dos princípios da escrita auto-referencial, salientando, evidentemente, que esta temática está longe de se esgotar.